



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 140863 - MG (2021/0003198-4)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
RECORRENTE : EDNALDO BISPO DOS SANTOS (PRESO)
ADVOGADO : MARCELO DE FREITAS SILVA - MG138474
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CORRÉU : BRUNO HENRIQUE FRANCISCO DE OLIVEIRA

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por EDNALDO BISPO DOS SANTOS contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (HC n. 1.0000.20.573524-4/000).

O paciente foi preso em flagrante na data de 11/10/2020 em razão de lhe ser imputada a prática do crime previsto no art. 33 da Lei 11.343/06.

Aduz o recorrente que a decisão que decretou a prisão em comento seria nula, porque exarada de ofício e que careceria de fundamentação idônea, uma vez que não estão presentes os requisitos dos artigos 312 e 313, do Código de Processo Penal, já que não há indícios de autoria delitiva, conquanto as drogas apreendidas não estavam em sua posse. Afirma, ainda que a decisão está baseada em argumentos genéricos, não logrando demonstrar que a liberdade do ora paciente comprometeria a ordem pública ou a instrução criminal.

Argumenta que a segregação cautelar é desproporcional, na medida em que, em caso de condenação, o ora paciente faria jus à fixação de regime prisional menos gravoso. Ressalta se tratar de indivíduo primário e de bons antecedentes, tendo residência fixa e ocupação lícita. Invoca a necessidade de adoção de medidas de prevenção ao contágio pela covid-19 em conformidade com a Resolução n. 62/2020-CNJ.

Requer liminarmente a expedição de mandado de soltura em favor do paciente, e no mérito a revogação da prisão preventiva.

É, no essencial, o relatório. Decido.

No que se refere à aplicação da Recomendação n. 62/2020-CNJ, verifica-se que a matéria não foi atacada na decisão *a quo*, razão pela qual deixo conhece-la, sob pena de indevida supressão de instância.

Quanto à legalidade da decretação da prisão preventiva de ofício está fundada

em jurisprudência desta Corte no sentido de que "a despeito das alterações efetivadas pela Lei n. 13.964/2019, não há nulidade na conversão da prisão em flagrante em custódia cautelar, de ofício, pelo Magistrado singular, diante da urgência com que deve ser tratada essa hipótese" (RHC n. 131.355/MG, relator o Ministro Rogério Schietti Cruz, DJe de 4/11/2020.)

Quanto às demais alegações, em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente